



A questão ambiental no Brasil sob a ótica da produção e do consumo

Jussara Mantelli

Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Brasil

Resumo

Este artigo visa apresentar e refletir sobre alguns aspectos históricos do Brasil, no que se refere às questões socioambientais resultantes das práticas de produção e consumo ligadas às atividades agropecuárias, principais responsáveis por históricos impactos ambientais. A importância das mudanças de postura da sociedade e o conhecimento da história ambiental, que acompanha a evolução e considera o homem como parte integrante da natureza, são questões de grande relevância para a reflexão sobre o atual cenário mundial. Neste contexto, a história contribui para o entendimento dos eventos passados, que refletem suas consequências no presente e que podem alterar o futuro. Este argumento é mais significativo quando se trata da História Ambiental relacionada ao entendimento do comportamento da sociedade com a natureza, ao longo do tempo.

Palavras chaves: Brasil; Agricultura; Meio Ambiente; Educação; História

Abstract

This paper aims to think about some historic aspects of Brazil, as regards to socio-environmental issues resulting from production and consumption practices related to animal agriculture activities, which are the main responsables for the historical environmental impacts. The importance of posture changes in society and the knowledge of the environmental history, that follows evolution and considers man as an integral part of nature, are issues of great value for reflection on the current world scenario. In this context, the history contributes to the understanding of past events, that reflect their consequences in the present and are able to change the future. This argument is more significant when it is about Environmental History related to the understanding of the behavior of society, over time.

Keywords: Brazil; Agriculture; Environment; Education; History

ISSN 2704-8217

doi: <https://doi.org/10.6092/issn.2704-8217/10758>

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A realidade socioambiental no século XXI revela uma situação dicotômica e preocupante: mesmo com toda a evolução técnica e científica, muitos sinais indicam que é necessário refletir sobre as repercussões éticas e ambientais sentidas na atualidade, como resultado das características de consumo dos recursos naturais, pela sociedade. Neste contexto, no Brasil, o segmento da produção agropecuária apresenta impactos significativos no ambiente e na sociedade em geral, da produção ao consumo.

A agricultura no Brasil começou a se desenvolver desde a chegada dos colonizadores nos séculos XV e XVI, pois a racionalidade inicial destes, era a apropriação dos recursos naturais, sendo que o primeiro impacto sobre a vegetação se deu pela extração de madeiras. Assim, a formação territorial brasileira se insere em um processo “geo-histórico” mais amplo de mundialização da sociedade europeia do final do século XV e consolidado com o estabelecimento da Coroa Portuguesa no país. A primeira forma de ocupação da terra se deu no modelo *plantation*¹ viabilizado pelo repasse do direito de uso da terra por parte de Portugal através da já existente lei de sesmarias², que objetivava a ocupação do espaço e a manutenção e o controle político nacional. Estas se constituíam em grandes extensões de terra e foi o marco inicial do latifúndio brasileiro. Graziano da Silva (1994) frisa que este modelo de produção viabilizou a exportação em grande escala e, como havia escassez de mão de obra, incentivou a manutenção do tráfico de escravos da África para o Brasil, consolidando o processo de substituição da mão-de-obra nativa, pela africana.

Para entender o Brasil de hoje, é necessário analisar esta unidade federativa como formação econômica e social subordinada aos centros dominantes e o modo de ajuste da sua economia e do seu território às necessidades e demandas desses centros. A perspectiva histórica da questão agrária brasileira serve para compreender o elevado índice de concentração de terras, a produção agrícola e pecuária, ainda dominada pela monocultura e as relações de trabalho. Assim, as raízes da estruturação fundiária atual são reflexos da construção histórica da formação da propriedade. Essas heranças,

¹ *Plantation* é um sistema de produção agrícola baseado na monocultura. Os europeus espalharam este sistema pela América, África e Ásia a partir da colonização dos séculos XVI e XVII. Chegou ao Brasil no período colonial, utilizado nos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII. Foi também utilizado nas fazendas de café do oeste paulista, na segunda metade do século XIX e início do XX (Marmilicz, 2013).

² Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. Forma que se difundiu em Portugal a partir do século XIII e que se converteu em verdadeira política de povoamento, estendendo-se às suas colônias, como o Brasil. Buscava-se, com isso, garantir o uso produtivo da terra e o sucesso do povoamento (Machado, 1977).

segundo Furtado (1989) provem da própria dinâmica de funcionamento da então colônia e das leis vigentes no período colonial, as quais introduziram as disparidades na distribuição e, posteriormente, na concepção mercadológica da terra. De acordo com Asselin (1991), quando os portugueses ocuparam as terras brasileiras, o país perdeu a autonomia e iniciou-se um processo de uso e ocupação da terra até então desconhecidos.

As origens da propriedade no Brasil

No continente americano não existia a propriedade privada da terra anterior à ocupação pelos portugueses. Os primeiros habitantes do território representados, sobretudo por grupos indígenas, tratavam-na como um bem comunal e a sua exploração era destinada à sobrevivência, em uma relação harmônica com a natureza. A partir de 1500 as terras passaram ao domínio público de Portugal iniciando o processo de colonização no Brasil com a implantação do sistema das capitânias hereditárias³, pelo qual a Coroa Portuguesa destinava grandes extensões de terras para prestadores de serviço ou para os membros da nobreza portuguesa e concessões de sesmarias, estabelecendo o processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil.

A chegada dos colonizadores que se apropriaram da terra e outros bens causaram um embate com os indígenas. Estes foram dominados e suas terras passaram a ser geridas de acordo com as regras do colonizador, desconsiderando as formas de organização do trabalho e da vida praticada há séculos.

De acordo com Stédile (1997) “é muito importante atentar para o critério fundamental da origem da posse e propriedade da terra no Brasil, que é totalmente distinto do critério da maioria dos países europeus e dos Estados Unidos” (p. 9). O autor destaca que no Brasil, para ter acesso à terra, era condição essencial ter algum vínculo com a nobreza. Isto explica a opção pelo latifúndio monocultor, que caracterizou a economia e a sociedade brasileira por vários séculos, sustentada pelo trabalho escravo.

A imigração europeia para o Brasil

Com o fim do tráfico de escravos oriundos da África, a Coroa Portuguesa tratou

³ Capitania hereditária é uma denominação dada as divisões administrativas dos antigos territórios, ocupados pela coroa portuguesa e doadas para pessoas com vínculos com a nobreza.

de legislar o processo de posse, para que o acesso a terra fosse mais restrito. Na mesma época, na Europa, a tensão social agravava-se em decorrência da crise verificada no campo⁴, onde crescia o número de camponeses pobres que emigravam para a América. Os camponeses europeus, que já possuíam uma tradição de propriedade e trabalho com a terra, não foram atraídos para a América para se tornarem assalariados rurais, mas pela possibilidade de terem uma nova terra, onde pudessem produzir e se reproduzir enquanto trabalhadores rurais.

Foi nesse contexto que Dom Pedro II promulgou em 1850 a primeira Lei de Terras⁵, que definiu parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras, alterando as características da propriedade da terra no Brasil. Esta lei, que discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, determinava que somente fossem considerados proprietários da terra, quem legalizasse suas propriedades nos cartórios, mediante pagamento em dinheiro para a Coroa Portuguesa.

Outra consequência dessa lei foi a consolidação do latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Os que haviam recebido doações de sesmarias regularizaram suas posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando o domínio da principal riqueza do país: a terra com os seus recursos naturais. Devido a Lei de Terras ser discriminatória, começaram no final do século XIX, as primeiras formas de organização dos movimentos sociais camponeses, que tinham como principal reivindicação, o acesso à terra, o que significaria melhores condições de vida e de sobrevivência no campo. Apesar de inserirem experiências centradas na pequena e na média propriedade, o Brasil continuou sendo um país com a estrutura fundiária baseada na grande propriedade, com um elevado grau de concentração da terra.

Todos os ciclos econômicos que ocorreram no Brasil resultaram em um fortalecimento contínuo da estrutura agrária historicamente concentrada: a extração do pau-brasil, do ouro e outros recursos minerais, a produção do açúcar e do café, a atividade pecuária, todos baseados na grande propriedade. A pequena propriedade começa a ter uma expressão mais significativa somente no século XIX com a chegada dos imigrantes europeus, no sul e em outros pontos do país, quando se constitui a

⁴A Itália, segundo Alvim (1986), tendo passado por um processo de unificação política, apresentava graves problemas. A forma como ocorreu a penetração do capitalismo no campo italiano explica a emigração de um grande contingente de homens livres e suas famílias para outros países (p. 22).

⁵ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias.

agricultura familiar⁶, dando uma nova configuração ao espaço agrário brasileiro, mas no contexto geral sem alterar significativamente a estrutura fundiária.

A partir da década de 1960, pode-se dizer que inicia um novo ciclo econômico que se torna dominante até os dias de hoje: a produção de soja e de gado bovino, ambos caracterizados como produtos de exportação e que ocupam, de acordo com o IBGE, mais de 50% da terra agricultável do Brasil. São justamente atividades que demandam uma grande quantidade de terra para se viabilizar economicamente, tornando o latifúndio cada vez mais consolidado. Atrelado a esta modalidade produtiva tem-se um agravamento dos problemas sociais e ambientais. Vale ressaltar que as maiores produções de soja e gado se encontram nos Biomas da Floresta Amazônica e, mais recentemente, no Cerrado Brasileiro, demonstrando que a monocultura em larga escala causa um grande desequilíbrio ambiental, devido à utilização de insumos químicos e de métodos e técnicas produtivas destruidoras da biodiversidade.

De acordo com dados do IBGE⁷, a soja lidera a área ocupada com a produção agrícola no Brasil, sendo responsável por mais de um terço da produção vegetal total do país. Comparando com os dados censitários de 2006 e 2017, a área cresceu 72%, atendendo a uma demanda internacional, sobretudo dos países do Oriente Médio. A soja, com essa finalidade é produzida praticamente na sua totalidade com sementes transgênicas, que entre outros fatores, está associada a riscos ecológicos, problemas de saúde e perda da biodiversidade, com eliminação de espécies da fauna e da flora, especialmente de sementes tradicionais. Além destes aspectos merece destaque a limitação de mercados como a União Europeia, que restringe o uso destes produtos. A finalidade principal tem sido a produção de ração animal, contrariando o argumento que define o uso de insumos para o aumento da produção alimentar.

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DECORRENTES DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para abordar a problemática social e ambiental decorrente da introdução da

⁶ Termo que, de acordo com Neves (2007), raramente aparecia no debate acadêmico brasileiro até a década de 1990, exceto em alguns textos que faziam referência ao produtor familiar rural (*family farm*) dos estados Unidos e da Europa, para designar a produção não patronal. No entanto, a partir deste período o termo agricultura/agricultor familiar ganha importância como categoria positiva e desenvolvimentista, sob o ponto de vista social e econômico para fazer frente às problemáticas dos camponeses e pequenos produtores rurais.

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é o órgão federal responsável por prover todas as informações **estatísticas oficiais** do país, oferecendo um **panorama atualizado do país**, através das atividades de coleta e análise de dados.

agricultura moderna⁸, devem ser levados em conta aspectos relevantes: o modo de produção capitalista implantado no Brasil sempre apresentou uma implicação ambiental negativa, por não considerar a importância dos ecossistemas no processo produtivo; a potencialidade agrícola apresenta diversidades que devem ser respeitadas nas diferentes áreas de um país com dimensões continentais; devem ser consideradas, para as análises propostas, as escalas temporais e espaciais.

É a partir da II Guerra Mundial que a agricultura brasileira passa por profundas transformações que modificaram completamente a sua realidade, com a incorporação de novas tecnologias à atividade, para aumentar a produtividade da terra e do trabalho, sem considerar as consequências ambientais e sociais decorrentes. Essa modernização (conservadora) da agricultura⁹ implantada no Brasil neste período e chamada de “Revolução Verde” se deu de forma rápida e seletiva. Por um lado, aumentou a produtividade, mas, em contrapartida, contribuiu para o aumento das desigualdades na distribuição da renda dos trabalhadores do campo e também dos recursos destinados ao setor. As mudanças nas relações sociais de produção fizeram com que os pequenos agricultores tivessem suas situações econômicas agravadas, intensificando o fenômeno do êxodo rural.

Os aspectos sociais e ambientais foram sendo visíveis em uma escala temporal relativamente pequena, sobretudo no que se refere à retirada da floresta para a implantação de monoculturas, que também se subordinaram ao uso intensivo de agrotóxicos. A modernização modificou também a organização da produção, que segundo Graziano Neto (1982), não é somente técnica, mas também social. Em busca de um aumento na produtividade ocorre uma intensificação cada vez maior no uso do solo e na utilização de insumos químicos, agredindo o meio ambiente de forma gradativa. Este modelo vem fazendo com que a vegetação original no Brasil, que foi fortemente devastada durante o período da colonização, continue tendo sua área reduzida pelas atividades agrícolas, “embora na atualidade com uma diferença: no período da colonização não havia uma legislação que visava a preservação das matas nativas”. (Brum, 1985, p. 93).

O Brasil possui dimensões continentais, uma das maiores áreas de fronteira com outros países, as maiores áreas florestais do planeta e uma legislação ambiental que não é respeitada. Associado a isto, o país apresenta uma vasta área com potencialidade de

⁸ A agricultura moderna surge na primeira fase da Revolução Industrial, e é um processo que faz uso de diversas tecnologias e insumos com o objetivo principal de melhorar o desenvolvimento dos cultivos.

⁹ Guimarães (1977) coloca que a [...] ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária (p. 3).

ocupação pelas atividades agrícolas e pecuárias, que garantem um rendimento econômico significativo para o equilíbrio da balança de pagamentos do país. É justamente neste contexto que decorrem os problemas ambientais e sociais mais significativos. Os maiores impactos ambientais decorrentes da atividade agrícola começaram na década de 1960, com a destruição de milhares de hectares de floresta natural. E este é um problema que se agrava, porque as pessoas se apropriam e exigem cada vez mais da natureza para satisfazer suas necessidades de consumo. Quando se busca a razão para entender esses impactos, certamente a resposta está relacionada às questões econômicas e de satisfação pessoal.

Para entender esses problemas e seus desafios, é necessário pensar o mundo como um sistema no espaço e no tempo. Um sistema que muda com o comportamento da sociedade. Pensar a sustentabilidade é considerar vários aspectos relacionados: ambiental, econômico, social e cultural, político, ético, entre outros. A primeira ideia de sustentabilidade remete a ações como não poluir o meio ambiente, preservar áreas naturais, reciclar resíduos, economizar água, entre outros que apresentam uma visibilidade no cotidiano. Mas raramente é relacionada a uma de nossas atividades mais básicas com impactos negativos no meio ambiente: o ato de comer e os nossos hábitos de consumo, que sempre exigem mais da natureza, passando esta a ser usada para atender as necessidades pessoais, além de ser tratada como uma fonte de recursos infinitos.

O crescente aumento da população nas cidades faz aumentar a demanda por produtos alimentares. O resultado é uma agricultura mais industrializada, utilizando métodos artificiais como fertilizantes e pesticidas, irrigação, manipulação genética e uso de hormônios em animais, sempre com a intenção de aumentar a produção, desconsiderando os impactos ambientais decorrentes.

No Brasil esse processo é relativamente novo no contexto mundial. Começou nos anos sessenta do século passado, por apresentar uma vasta área de florestas com a possibilidade de produzir cereais e carne para exportação. Nesse período, em 1964, o Brasil incorpora a ditadura militar, que teve uma duração de vinte anos, sendo que o foco do governo militar era crescer economicamente, sem se preocupar com as consequências ambientais e sociais. Esse modelo de produção causa sérios danos ao ambiente e à saúde. Estão presentes nas populações indígenas, que sempre tiveram uma relação harmoniosa com a natureza, principalmente com as florestas e os rios. Assim, os principais problemas sociais resultantes se traduzem na expulsão e extermínio de vários grupos indígenas para ocupar seus territórios; assassinato de

agricultores com participação em movimentos sociais ou em projetos de desenvolvimento sustentável; assassinato de trabalhadores florestais que lutam para manter a floresta; expulsão e violência contra religiosos e Organizações Não Governamentais inseridas no processo de preservação ambiental.

Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), o desenvolvimento do Brasil em muitas ocasiões revelou um conjunto de fatores associados à exploração da natureza e a exploração dos homens uns sobre os outros. A associação homem e meio que são subjugados a uma exploração “racional” invariavelmente são associados à “natureza”. Ainda Porto-Gonçalves (2006) argumenta que na sociedade atual, [...] “são íntimas as relações estabelecidas entre a concepção de que o homem deve dominar a natureza e a ideia que o homem deve dominar os outros homens, na medida em que estes últimos são socialmente vistos como seres da natureza” (p. 135).

ALTERNATIVAS: OUTRA HISTÓRIA É POSSÍVEL

O Brasil está vivendo uma situação crítica em relação às questões sociais e ambientais, com repercussões em nível mundial. Há um amplo e mal utilizado espaço disponível para a agricultura, ocupado pelo latifúndio monocultor. Para reverter a situação e mudar o quadro vigente, existem pelo menos duas possibilidades viáveis:

a) A efetiva implantação da Reforma Agrária, que consiste em uma política pública de melhor redistribuição de terras para quem realmente pretende fazer a produção, considerando os recursos naturais como aliado e não obstáculo.

b) Outra possibilidade é a expansão da produção agroecológica¹⁰ ou biológica, no sentido de interromper ou pelo menos reduzir o uso excessivo de venenos em culturas agrícolas, especialmente as alimentares.

A reforma agrária e as questões socioambientais

No século XX, durante as décadas de 30 e 40, o Brasil passou por uma série de transformações, sendo eleita democraticamente uma Assembleia Constituinte para elaborar a nova carta constitucional brasileira. Foi nessa Constituinte que pela primeira vez se falou na necessidade de uma reforma agrária, pois as propriedades estavam concentradas nas mãos de uma minoria, impedindo o progresso econômico e social do

¹⁰ Para Miguel Altieri (1989), Agroecologia é a ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. Para Stephen Gliessman (2001), o enfoque agroecológico corresponde a aplicação dos conceitos e princípios da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis.

meio rural. Surgiu o debate sobre a distribuição de terras a quem nelas quisesse trabalhar, vinculado ao conceito de uso social para a produção. Era um avanço em termos da compreensão de que havia um problema agrário e que o governo dispunha de um mecanismo constitucional para solucioná-lo.

Porém, ao implantar-se a ditadura militar no Brasil, ocorreu um hiato de vinte anos no avanço das discussões sobre a questão agrária. O modelo adotado pelos governos militares desse período foi: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseado na grande propriedade latifundiária; abertura ao capital estrangeiro, com amplos investimentos de empresas multinacionais, vinculando com um processo de industrialização acelerada nas cidades.

Para os camponeses que até então acreditavam na possibilidade de concretizar uma reforma agrária, os governos militares apresentaram apenas duas saídas sociais: - a migração para as cidades, para servir de mão-de-obra barata às indústrias que se multiplicavam ou a migração para regiões ainda mais longínquas da Floresta Amazônica, para transformar as áreas de florestas, em espaços de produção agrícola e pecuária.

Os movimentos sociais dos camponeses foram proibidos e centenas de lideranças camponesas foram duramente perseguidas pelos militares, pelos latifundiários e pelas oligarquias do campo, que passaram a atuar livremente. O debate político, científico e acadêmico também foi silenciado. Com o término do regime militar, ocorre uma retomada da discussão da reforma agrária, e o país ingressa também em uma nova etapa quanto à questão agrária. Ressurgiram os movimentos sociais no campo, assim como o debate político e intelectual sobre o tema e algumas iniciativas governamentais que visavam modificar o perfil da estrutura fundiária brasileira, por meio da desapropriação e da redistribuição de terras. Novas propostas são apresentadas periodicamente, mas o avanço é pequeno, pois se depara com forte resistência dos latifundiários e de seus representantes políticos.

Apesar dos avanços da agricultura familiar e das políticas públicas de redistribuição, o Brasil ainda possui um dos maiores índices mundiais de concentração da terra. Cerca de 15% dos agricultores ocupam 85% das terras destinadas à produção (IBGE, 2006). Pode-se afirmar que esses índices foram ampliados no período da ditadura militar (1964-1984), com o incentivo proporcionado pelos governos para concretizar o latifúndio e abrir para o investimento do capital estrangeiro, sobretudo para a instalação de indústrias mecânica e de insumos químicos para serem usados nas atividades agropecuárias.

A agricultura familiar caracteriza-se por apresentar uma produção diversificada, incorporando novas alternativas de produção como a agroecologia que repercute em benefícios socioeconômicos e ambientais. É este o segmento responsável pela produção dos alimentos e emprega a maior porcentagem dos trabalhadores do campo, embora ocupando uma área significativamente menor que a destinada à monocultura de exportação.

A agroecologia e as questões socioambientais

Apesar dos graves impactos que as atividades agrícolas já causaram e continuam causando, essa situação tem possibilidade de ser revertida ou amenizada. Existem várias alternativas possíveis para uma agricultura sustentável, que podem ser colocadas em prática com a conscientização e esforço da sociedade civil e dos governantes. No Brasil, a produção agroecológica se viabiliza na agricultura familiar. Nos assentamentos de Reforma Agrária já estabelecidos, a prática da agricultura sustentável é uma realidade, haja vista que uma das metas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, é produzir alimentos de forma saudável, sem prejuízos à saúde de quem os consome e ao meio ambiente.

Uma das práticas para a agricultura sustentável está relacionada à produção orgânica, que consiste na não utilização de produtos químicos industriais no processo produtivo, que impacta diretamente na preservação dos recursos naturais, uma vez que utilizam as matas, o solo e os rios como aliados da produção. A sustentabilidade das unidades que utilizam este modo de produzir surge quando há uma diversificação da produção e representa fonte de renda para as famílias. A agricultura não se restringe apenas a função da produção de alimentos para a reprodução das famílias, mas, também a um saber fazer diferenciado das relações sociais de afetividade, reciprocidade e cumplicidade entre seus membros. Estas formas de convívio social harmônico entre os indivíduos ainda são verificadas em muitas comunidades onde predomina o trabalho familiar. Dessa forma, a agricultura familiar é uma forma de organização e reprodução social que mantém uma estrutura e uma forma de vivência particular.

A agroecologia pressupõe não apenas um movimento produtivo, mas de entendimento mais amplo que se relaciona entre outros fatores a Educação Ambiental. Esta “pode contribuir para uma mudança de valores e atitudes, colaborando para a formação de um sujeito ecológico” (Carvalho 2004, p. 18). É capaz de contribuir com a

transformação de realidades historicamente colocadas e pode manifestar um caráter emancipatório quando assumida, segundo Loureiro (2009) enquanto:

[...] meio reflexivo, crítico e autocrítico contínuo, pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte do contexto societário em que nos movimentamos do “lugar” ocupado pelo sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação consciente e política, propiciam a construção de sua dinâmica (p. 32).

Através da Educação Ambiental, pode-se fazer uma ligação mais estreita entre o ser humano e a natureza, com transformação social que busque “a superação de injustiças ambientais e sociais” (Sorrentino 2005, p. 3). O fato é que a humanidade atingiu um limite perigoso na história de uma relação insustentável com a natureza para obter alimentos e outros objetos de consumo. Por isso é importante que todos, como consumidores, passem a pensar mais criticamente e façam escolhas mais cuidadosas.

Neste contexto está a importância da História Ambiental, que analisa a sociedade e considera o homem como parte integrante da natureza e acompanha como essa relação ocorre. A História Ambiental reconstrói os fatos históricos de uma sociedade que sofre de sua influência insustentável no meio ambiente. A preocupação com a devastação dos recursos naturais fez com que os profissionais de história, geografia (professores, estudantes, pesquisadores e teóricos) voltassem os olhos para questões de grande importância para a reflexão do atual contexto mundial. Quando começou esse descuido com o meio ambiente? Em que contexto histórico tudo isso começou? A história se refere a eventos passados, que refletem suas consequências no presente e que também podem alterar o futuro. É certo que a preocupação com todos os problemas ambientais do mundo atual é relativamente nova e começa quando se vê e se sente os problemas na vida das pessoas.

O Brasil, com sua vasta área territorial, com disponibilidade de recursos naturais, utiliza o argumento da produção de alimentos para destruir o meio ambiente. Esse sistema de produção é o maior consumidor de recursos naturais, especialmente as monoculturas e pastagens. Usam cerca de 70% da água disponível nos rios, especialmente na Amazônia. É também uma das principais causas de desequilíbrio ecológico, com desmatamento, perda de habitat natural, contaminação do solo, água e

alimentos e, em consequência, das pessoas. Onde há monocultura, certamente o ecossistema está perdido. Práticas agrícolas inadequadas, com remoção de espécies autóctones, queima de vegetação, têm efeitos mais amplos, como emissões de gases, aquecimento global e outros. Esta situação se assenta, sobretudo nas áreas de produção de soja e nas áreas destinadas às pastagens para criação de gado bovino.

As repercussões se fazem sentir no aspecto ambiental, com a contaminação da água e do solo pelo uso indiscriminado de venenos, contaminação de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, entre outros. Assim, este tipo de atividade econômica prejudica a agricultura de subsistência e o meio ambiente, transformando as paisagens, deixando o solo exaurido para as futuras produções e gerações.

A Floresta Amazônica está enfrentando as maiores taxas de desmatamento dos últimos dez anos. A maior parte do corte de árvores de espécies nobres segue o caminho do crime ambiental. Segundo a polícia federal e ambiental brasileira, 90% da madeira que sai da Amazônia é ilegal. Os rios, de grandes extensões e que apresentam dificuldade de controle, são usados para fazer o transporte da madeira. Para realizar toda a atividade econômica da produção agrícola e exploração de madeira, é feita uma destruição da floresta que certamente nunca poderá ser reconstituída.

Além do desmatamento, o uso indiscriminado de venenos e outros insumos químicos na produção têm impactos no solo, na água, nos alimentos e nas pessoas. Somente no ano de 2019 mais de trezentos novos pesticidas foram lançados e liberados pelo governo federal brasileiro. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, um fator de risco entre os produtos aprovados é a toxicidade, sendo alguns classificados por este órgão de controle como extremamente tóxicos, que representa a classe mais alta de perigo para humanos. Alguns dos produtos liberados no Brasil são proibidos, não apenas na União Europeia, mas em todo o mundo, por causa de seus efeitos danosos para a população e para o meio ambiente.

Os agricultores familiares que vivem no Brasil, que ocupam apenas 15% da área destinada à produção, são os que produzem o verdadeiro alimento. A agricultura orgânica existente no Brasil é produzida por eles. São os que menos causam impactos ambientais, porque não usam venenos. Os movimentos sociais brasileiros e latino-americanos são de grande importância no contexto da agricultura familiar e tem como objetivos: aplicar o conceito de reforma agrária, lutando por uma melhor distribuição do território e atribuindo terra a quem quer trabalhar; fazer uma produção diversificada, ligada à preocupação com a segurança alimentar; produzir os alimentos levando em conta a conservação ambiental, através da prática de agricultura

sustentável; manter uma educação voltada para a vida rural, tendo como suporte as ideias do educador Paulo Freire¹¹, cuja proposta é o caminho da humanização, que considera não só a visão total do ser humano, mas articula saberes e procedimentos técnicos a uma compreensão crítica da realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão socioambiental tem se tornado um tema presente nos setores acadêmicos, nos órgãos públicos e na sociedade em geral, devido ao impacto das ações das pessoas sobre a natureza, com o intuito de satisfazer suas necessidades de consumo alimentar e de outros bens dela retirados. Neste sentido, a atenção deve se voltar, sobretudo para países como o Brasil, que apresenta grandes áreas em estado avançado de degradação devido aos métodos e técnicas utilizados para desenvolver as atividades agropecuárias. Salienta-se a importância do conhecimento científico para atuar nestas questões, mas, sobretudo de decisões políticas acertadas na formulação de diretrizes e aplicação da legislação que rege o tema da preservação ambiental e da produção alimentar.

Algumas alternativas mencionadas neste texto podem ser consideradas como medidas de preservação e retomada dos cuidados com os recursos naturais, que repercutem na qualidade alimentar e na qualidade de vida das pessoas: o fortalecimento da agricultura familiar e a expansão da produção agroecológica.

Para a agricultura familiar que é responsável pela produção dos alimentos e emprega a maioria das pessoas do campo, algumas ações são necessárias para a reprodução desse processo: atender as demandas dos produtores, estabelecer compromissos, viabilizar a produção e a comercialização, facilitar o acesso ao crédito e às tecnologias adequadas. Assim, a produção alimentar de base agroecológica no Brasil, se apresenta como alternativa de desenvolvimento e reprodução da agricultura familiar, que é uma das atividades produtivas em que a relação homem-natureza aparece com mais clareza.

Deve ser levado em conta que os mais graves impactos socioambientais advêm das produções em larga escala, como a soja e as pastagens para criação de gado bovino, entre outras com menos expressão em termos de área ocupada. O uso indiscriminado

¹¹ A educação é, neste sentido, o processo de humanização, de libertação da realidade de opressão em que se encontram os sujeitos, de violência que desumaniza tanto o oprimido como o opressor. O projeto pedagógico de Paulo Freire visa a metamorfose do homem, do mundo humano e da sociedade em termos de libertação.

de insumos químicos e o desmatamento são os principais causadores dos impactos ambientais e dos problemas sociais decorrentes. A expansão destas atividades significa uma redução nas áreas destinadas à produção alimentar, expulsão de trabalhadores do campo, poluição das águas e do solo, perda de biodiversidade, entre outros com repercussões mais amplas, como o aquecimento global.

Diante dessa realidade, fez-se necessário o desenvolvimento de estratégias para a construção e expansão de uma agricultura sustentável assegurando a sustentabilidade social, ambiental e econômica do espaço agrícola. A Agroecologia basicamente presente na agricultura familiar, tem o potencial de ser um instrumento de transição paradigmática, cujo enfoque científico, segundo Caporal; Costabeber (2003) se destina a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais que são extremamente danoso ao meio ambiente, para estilos de desenvolvimento rural baseado em agriculturas sustentáveis.

Para além das posturas políticas e de iniciativas mais amplas, é importante considerar as atitudes individuais de consciência socio ambiental. O que comemos ou tudo o que consumimos determina em grande parte o que estamos fazendo com o mundo. E é importante entender que uma ação, seja ela boa ou ruim, individual ou coletiva, pode ter repercussões mais amplas no médio e longo prazo. Para Freire (1993) “se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero” (p. 30).

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. A. (1989). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE.
- Alvim, Z. M. (1986). *Brava Gente!* São Paulo: Brasiliense.
- Asselin, V. (1991). *Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás*. Petrópolis: Revista dos Tribunais.
- Assis, R. L. Romeiro, A. R. (2002). Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. *Revista. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 6, p. 67-80.
- Brum, A.J. (1985). *Agricultura brasileira: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ.
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A. (2003). *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun.

- Carvalho, I. C. de M. (2004). Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Layrargues, P. P. (coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, Ministério do Meio Ambiente.
- Ehlers, E. (1999). *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba: Agropecuária.
- Freire, P. (1993). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, C. (1989). *Pequena introdução sobre o desenvolvimento*. São Paulo: Nacional.
- Loureiro, C. F. B. (2009). *Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Editora Cortez.
- Gliessman, S. R. (2001). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS.
- Graziano da Silva, J. (1994). *O que é questão agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Graziano Neto, F. (1982). *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Graziano Neto, F. (1982). *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Guimarães, A. P. (1977). *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996.
- Loureiro, C. F. B. (2009). *Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Editora Cortez.
- Lovato, P. M.; Schmidt, W. (orgs.) (2006). *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local*. Chapecó: Argos.
- [Machado, J. P.](#) (1977). [Dicionário etimológico da língua portuguesa](#). Lisboa.
- Marmilicz, S, T, J. (2013). *A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões - RS*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS, Brasil.
- Medeiros, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: Marafon, J. G.; Rua, J.; Ribeiro, M. Â. (orgs.). (2007). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Neves, D. P. (2007). Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: Fernandes, B. M.; Marques, M. M.; Suzuki, J. C. (orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular.

Porto-Gonçalves, C. W. (2006). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.

Sorrentino, M. et al. *Educação ambiental como política pública*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 31, n. 2, 2005.

Stedile, J. P. (1997). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.